

Expresso

15-06-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 82175

Temática: Justiça

Dimensão: 369 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 4

## Pingo Doce Nota interna mostra foto de arguidos

**Juristas dizem que Jerónimo Martins belisca o princípio da presunção de inocência. Grupo alega que queria serenar os ânimos dos empregados**

A Operação Rappel, da Unidade Nacional de Combate à Corrupção da Polícia Judiciária, fez dez arguidos, quatro deles altos quadros do Pingo Doce, por suspeitas de favorecer algumas empresas na compra de produtos frescos, prejudicando a Jerónimo Martins. As rusgas foram realizadas esta quarta-feira em várias plataformas logísticas do grupo. No mesmo dia, a Jerónimo Martins enviou por *e-mail* uma nota interna sobre a operação, juntamente com a fotografia de dois altos funcionários, ambos arguidos no caso, que eram até à data coordenadores de padaria, pastelaria, frutas e vegetais. "São suspeitos da prática dos mencionados ilícitos os colaboradores abaixo, tendo sido os dois últimos detidos para interrogatório policial", refere a nota, a que o Expresso teve acesso.

Advogados ouvidos pelo Expresso criticam a partilha da identificação dos funcionários suspeitos e lembram um parecer da Procuradoria-Geral da República de 2003, a propósito da exposição nos jornais de vítimas e arguidos do processo Casa Pia. "O retrato de uma pessoa não pode ser exposto, reproduzido ou lançado no comércio sem consentimento dela", refere o documento.

O advogado Dantas Rodrigues é taxativo: "Embora seja uma circular

interna, e a divulgação dos suspeitos já tenha sido revelada pela imprensa, a proteção dos direitos da personalidade e da intimidade devem prevalecer na fase do inquérito. Proteção que o próprio segredo de justiça impõe." Segundo o especialista de Direito penal e administrativo, este tipo de informação "é sempre uma condenação pública" quando se revela o nome e a profissão e "revela um juízo de censurabilidade que belisca o princípio da presunção da inocência" e "o direito à honra e à imagem".

Já uma fonte oficial da Jerónimo Martins apresenta várias justificações para a colocação de fotos, nomes e cargos dos dois suspeitos na nota enviada "apenas num núcleo restrito" de colaboradores. "Naquela altura, importava sobretudo serenar os ânimos na empresa. Por outro lado, a nossa intenção foi dar informação de contexto, um enquadramento, sobre as buscas que se estavam a realizar em vários locais de trabalho. E circunscrever o impacto das mesmas." Por outras palavras, o grupo de distribuição pretendia desta forma esclarecer os funcionários sobre quem tinha sido de facto indiciado dos crimes de corrupção e branqueamento de capitais. Estancando os boatos que se multiplicaram durante a operação policial.

De acordo com o "JN", os altos funcionários do Pingo Doce receberam dois milhões de euros em luvas com este esquema.

HUGO FRANCO e RUI GUSTAVO  
hfranco@expresso.impresa.pt